

# PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS



AUTO RIBEIRO, LDA.

## Índice

I.	Enquadramento .....	3
II.	Âmbito e Finalidades .....	3
III.	Responsável do cumprimento normativo .....	4
IV.	Estrutura organizacional .....	5
V.	Corrupção e infrações conexas .....	6
VI.	Identificação, análise e avaliação do risco .....	11
VII.	Matriz de Riscos e Controlos .....	16
VIII.	Monitorização .....	16
IX.	Divulgação .....	17
X.	Anexo – Matriz de riscos e Medidas preventivas .....	18

## **I - ENQUADRAMENTO**

O Regime Geral de Prevenção da Corrupção, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, veio estabelecer a obrigação de as entidades públicas ou privadas com 50 ou mais trabalhadores adotarem um programa de cumprimento normativo que inclua, pelo menos, um plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas, um código de conduta, um programa de formação e um canal de denúncias.

A “AUTO RIBEIRO, LDA.” pauta a sua atividade por elevados padrões de responsabilidade, promovendo a construção de um universo comercial focado na ética e integridade. Neste contexto, e reconhecendo a importância e o valor do instrumento de gestão de riscos no combate à corrupção e infrações conexas, é pela “AUTO RIBEIRO, LDA.” adotado e implementado o presente Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (doravante designado como “Plano”), dando devido cumprimento às obrigações legais impostas pelo Regime Geral de Prevenção da Corrupção, previsto no Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de dezembro.

## **II - ÂMBITO E FINALIDADE**

O Plano é aplicável a todos os Colaboradores da “AUTO RIBEIRO, LDA.”, aqui se incluindo todos os sócios, administradores e gerentes, fornecedores, prestadores de serviços internos e externos, contratados, subcontratados, estagiários, trabalhadores, trabalhadores temporários e voluntários.

Todos os Colaboradores deverão pautar as suas condutas pelas regras e princípios previstos no presente Plano e, na prossecução das respetivas atividades profissionais, as

suas condutas no relacionamento com terceiros, deverão harmonizar-se com os seus termos, com o Código de conduta, e também com toda a legislação e regulamentação aplicável.

O presente Plano pretende identificar, relativamente a cada unidade de negócio, os riscos de corrupção e infrações conexas, assim como a identificação de medidas que previnam a sua ocorrência, contendo:

- a identificação, análise e classificação dos riscos e das situações que possam expor a “AUTO RIBEIRO, LDA.” a atos de corrupção e infrações conexas, incluindo aqueles associados ao exercício de funções pelos titulares dos órgãos de gestão e direção, considerando a realidade do sector e as áreas geográficas em que atua;
- as medidas preventivas e corretivas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto dos riscos e situações que sejam identificados.

### **III - RESPONSÁVEL DE CUMPRIMENTO NORMATIVO**

O Responsável pelo cumprimento normativo é designado pelo Conselho de Administração da “AUTO RIBEIRO, LDA.”, sendo a pessoa encarregue pela monitorização, controlo e execução do Programa de Cumprimento Normativo.

O Responsável pelo cumprimento normativo exerce as suas funções com independência e autonomia decisória, dispondo de acesso à informação interna e aos recursos técnicos e humanos necessários ao exercício das suas funções.

O Responsável pelo cumprimento normativo deverá prestar todos os esclarecimentos sobre programa de cumprimento normativo da “AUTO RIBEIRO, LDA.” e promoverá a realização de auditorias internas regulares com vista à avaliação do seu cumprimento.

## IV – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A “AUTO RIBEIRO, LDA.” é uma sociedade comercial de direito português que se dedica à fabricação e comércio de veículos especiais, exploração industrial e comercial do ramo motorizado e metalomecânico, tratamento e revestimento de metais, fabricação e comércio de equipamento ortopédico e médico, manutenção e reparação de veículos e intermediação de créditos.

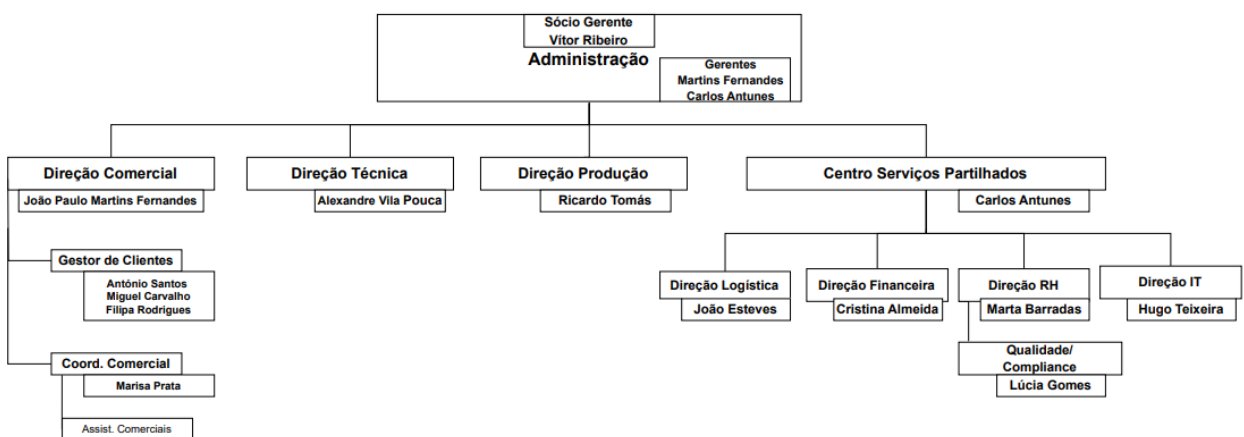
A “AUTO RIBEIRO, LDA.” está estruturada por unidades orgânicas que respondem à Administração.

A definição das áreas de atividade e a avaliação de riscos consideram a seguinte estrutura organizacional:

arService

ar Auto Ribeiro Lda

arFrance



## **V - CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS**

A “AUTO RIBEIRO, LDA.” repudia qualquer prática de corrupção ou infrações conexas ou mesma outras formas de influência indevida, impondo o cumprimento rigoroso da lei e das políticas internas em todas as suas relações internas e externas, seja com entidades privadas ou entidades públicas.

Todos os membros devem cumprir as normas aplicáveis, nacionais e internacionais, de combate à corrupção e infrações conexas, sendo expressamente proibidos todos e quaisquer comportamentos que possam consubstanciar a prática do crime de corrupção ou de qualquer infração conexa previstos na lei, designadamente as seguintes:

TIPO LEGAL	CONDUTA	ENQUADRAMENTO NORMATIVO
Corrupção	Prática de um qualquer ato ou a sua omissão, seja em ambos os casos lícito ou ilícito, em troca do recebimento de vantagem patrimonial ou não patrimonial indevida, para o próprio ou para terceiro.	Artigos n.ºs 372.º a 374.º-A do Código Penal
Recebimento ou oferta indevidos de vantagem	Quando o funcionário, no exercício das suas funções ou por causa delas, por si, ou por interposta pessoa,	Artigo n.º 372.º, n.º 1 do Código Penal

	com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, que não lhe seja devida.	
<b>Peculato</b>	Quando o funcionário ilegítimamente se apropriar em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou qualquer coisa móvel, pública ou particular, que lhe tenha sido entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções.	Artigo n.º 375.º, n.º 1 do Código Penal
<b>Participação económica em negócio</b>	Quando o funcionário que, com intenção de obter, para si ou para terceiro, participação económica ilícita, lesar em negócio jurídico os interesses patrimoniais que, no todo ou em parte, lhe cumpre, em razão da sua função,	Artigo n.º 377.º, n.º 1 do Código Penal

	administrar, fiscalizar, defender ou realizar.	
Concussão	Quando o funcionário, no exercício das suas funções ou de poderes de facto delas decorrentes, por si ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, receber, para si, para o Estado ou para terceiro, mediante indução em erro ou aproveitamento de erro da vítima, vantagem patrimonial que lhe não seja devida, ou seja, superior à devida, nomeadamente contribuição, taxa, emolumento, multa ou coima.	Artigo n.º 379.º do Código Penal
Abuso de poder	Quando o funcionário abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa.	Artigo n.º 382.º do Código Penal



Prevaricação	Quando o funcionário, no âmbito de processo de inquérito, judicial, contraordenacional ou disciplinar, conscientemente, praticar atos ou deixar de praticar atos que se impunham em virtude do cargo que exerce, com a intenção de prejudicar ou beneficiar alguém.	Artigo n.º 369.º do Código Penal
Tráfico de Influência	Quando alguém por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicita ou aceita, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de Artigo n.º 335.º do Código Penal 13/27 qualquer entidade pública.	Artigo n.º 335.º do Código Penal

<p><b>Branqueamento</b></p>	<p>Quando o funcionário converter, transferir, auxiliar ou facilitar alguma operação de conversão ou transferência de vantagens, obtidas por si ou por terceiro, direta ou indiretamente, com o fim de dissimular a sua origem ilícita, ou de evitar que o autor ou participante dessas infrações seja criminalmente perseguido ou submetido a uma reação criminal.</p>	<p>Artigo n.º 368.ºA do Código Penal</p>
<p><b>Fraude na obtenção de subsídio ou subvenção</b></p>	<p>Quando o funcionário forneça às autoridades ou entidades competentes informações inexatas ou incompletas sobre si ou terceiros e relativas a factos importantes para a concessão de subsídio ou subvenção; omitir informações sobre factos importantes; utilizar documento justificativo</p>	<p>Art. 36.º do Decreto-Lei n.º 28/84, de 20 de janeiro</p>

	<p>obtido através de informações inexatas ou incompletas; de modo a vir a obter um subsídio ou subvenção.</p>	
--	---	--

## VI – IDENTIFICAÇÃO, ANÁLISE E AVALIAÇÃO DO RISCO

Tendo presente os objetivos e o âmbito de aplicação do Plano, bem como a missão da “AUTO RIBEIRO, LDA.” e as diferentes atividades realizadas pelos seus Colaboradores, importa compreender o grau de risco e a probabilidade de ocorrência de um evento futuro de corrupção ou infração conexa, tendo em vista a sua prevenção e mitigação.

Conforme resulta do ponto 3 do Aviso n.º 5882/2009, de 19 de março, do Conselho de Prevenção da Corrupção, o risco consiste no “(...) *facto, acontecimento, situação ou circunstância suscetível de gerar corrupção ou uma infração conexa*”.

A construção do presente Plano seguiu a seguinte metodologia:

- Identificação dos riscos;
- Avaliação dos riscos:
  - Identificação dos controlos para a mitigação dos riscos;
  - Identificação dos responsáveis pela monitorização dos controlos
- Definição do plano de ação para acompanhamento dos riscos e respetivas medidas de mitigação.

No que concerne à identificação dos riscos são definidas as circunstâncias e/ou atividades suscetíveis de potenciar situações irregulares, designadamente:

- Processar pagamentos inadequados através de intermediários, subcontratados ou cocontratantes;
- Aceitar ou atribuir ofertas e/ou presentes;
- Relacionamento com agentes públicos e/ou pessoas politicamente expostas;
- Pagamentos indevidos e/ou de facilitação;
- Faturar serviços fictícios;
- Atribuir subsídios, patrocínios e/ou donativos;
- Influenciar o resultado de um trabalho/projeto;
- Aquisição de entidades ou transações com terceiros de risco;
- Favorecimento em processos de contratação.

Na avaliação de risco é analisada a probabilidade de ocorrência de cada uma das potenciais situações que possam expor a entidade a atos de corrupção e infrações conexas, e do seu possível impacto (financeiro e reputacional).

A determinação da probabilidade de ocorrência de situações de exposição ao risco é realizada através de uma abordagem qualitativa, atendendo essencialmente aos seguintes fatores:

- Complexidade, criticidade e frequência das atividades realizadas;
- Grau de automatização e tipificação da atividade;
- Existência de uma atividade de controlo e à possibilidade e custo de correção de erros identificados;
- Segregação de funções;
- Perfil dos colaboradores (experiência, conhecimento da atividade, formação, motivação, adequação à função, etc.);
- Número de colaboradores com acesso a informação confidencial / reservada;
- Adequação da dimensão da equipa;
- Concentração de conhecimentos / tarefas em colaboradores específicos;

- Existência de atividades com recurso a terceiros;
- Fiabilidade e robustez da informação existente e dos respetivos sistemas de suporte.

A probabilidade de ocorrência do ato que consubstancie a prática de um crime de corrupção ou de infração conexa é classificada de acordo com os seguintes critérios:

Probabilidade de ocorrência	Baixa	Média	Alta
	1	2	3
	Reduzida probabilidade de ocorrência (inferior a 20%)	Probabilidade de ocorrência provável (entre 20% e 80%)	Probabilidade de ocorrência elevada (superior a 80%)

A avaliação do impacto no plano financeiro e reputacional, da ocorrência de acontecimento que exponha a referida entidade a atos de corrupção ou infrações conexas é realizada com fundamento nos seguintes fatores:

- A existência de entraves nas oportunidades de novos negócios e de expansão;
- O número de eventuais incumprimentos relativamente ao mesmo risco;
- O histórico das sanções conferidas ao mesmo risco.

O impacto na organização da prática de um ato de corrupção ou infração conexa é classificado de acordo com os seguintes critérios:

Impacto	Baixo	Médio	Alto
	1	2	3
	a) Danos no desempenho	a) Perda na gestão da	a) Perda na gestão da

	<p><b>organizacional</b></p> <p><b>(insatisfação de Clientes, litígios, etc.)</b></p> <p><b>com impacto financeiro limitado</b></p> <p><b>b) Danos reputacionais ao nível da visibilidade local</b></p>	<p><b>operação em período de referência inferior a 24 horas</b></p> <p><b>(credibilidade e / ou confiança de <i>stakeholders</i>, contratos, etc.) com impacto financeiro moderado</b></p> <p><b>(Average Sales Day)</b></p> <p><b>b) Danos reputacionais ao nível da visibilidade nacional</b></p>	<p><b>operação em período de referência superior a 24 horas</b></p> <p><b>b) Prejuízo na imagem e reputação da integridade, litigância, bem como na eficácia e desempenho com impacto financeiro elevado</b></p> <p><b>(Sales Day Peak)</b></p> <p><b>c) Danos reputacionais ao nível da visibilidade internacional</b></p>
--	---	---	---

Relacionando o potencial impacto dos riscos do negócio e a probabilidade de materialização desses mesmos riscos, o nível de risco designar-se-á de acordo com a seguinte escala:

**1 – Risco baixo;**

2 – Risco médio; e

3 – Risco alto.

Torna-se, assim, possível estabelecer um modelo de *scoring* com uma ordem de priorização para o tratamento dos riscos críticos de acordo com o nível de *score* que obtiverem.

Para esse efeito, o cálculo do risco é realizado através da fórmula:

(Risco = Probabilidade de ocorrência X Impacto)

Impacto	Alto (3)	Médio (3)	Alto (6)	Alto (9)
	Médio (2)	Baixo (2)	Médio (4)	Alto (6)
	Baixo (1)	Baixo (1)	Baixo (2)	Médio (3)
		Baixo (1)	Médio (2)	Alto (3)
		Probabilidade de ocorrência		

Por último, definidas as situações de risco a que as sociedades se encontram expostas e o respetivo nível de risco, são definidas as medidas preventivas que permitam reduzir a probabilidade de ocorrência e o impacto previsível de cada situação no seio da “AUTO RIBEIRO, LDA.”, por forma a garantir a devida mitigação dos identificados riscos.

## VII – MATRIZ DE RISCOS E CONTROLOS

A Matriz de Riscos e Controlos compila o conjunto de riscos que possam expor a “AUTO

RIBEIRO, LDA.” a atos de corrupção e infrações conexas, considerando a toda a organização e atividade prosseguida pela sociedade.

São ainda identificados os respetivos controlos de mitigação, as políticas de prevenção aplicáveis, bem como as medidas de mitigação existentes.

Em anexo ao presente Plano encontra-se a matriz de risco e as medidas preventivas estabelecidas de acordo com a metodologia supradescrita.

## **VIII – MONITORIZAÇÃO**

A execução do Plano está sujeita a controlo, o qual será efetuado nos seguintes termos:

- Elaboração, no mês de outubro, de relatório de avaliação intercalar nas situações identificadas de risco elevado ou máximo;
- Elaboração, no mês de abril do ano seguinte a que respeita a execução, do relatório de avaliação anual, contendo nomeadamente a quantificação do grau de implementação das medidas preventivas e corretivas identificadas, bem como a previsão da sua plena implementação.

A “AUTO RIBEIRO, LDA.” procederá à revisão do Plano a cada três anos ou sempre que se opere uma alteração que justifique a revisão de algum dos seus elementos.

## **IX – DIVULGAÇÃO**



A “AUTO RIBEIRO. LDA.” assegura a publicação do Plano e dos respetivos relatórios de avaliação intercalar e de avaliação anual, através da sua publicação na página oficial de internet, no prazo de 10 dias contados desde a implementação do Plano e respetivas revisões, em cumprimento do estabelecido no artigo 6.º, n.º 6 do Decreto-Lei n.º 109-E/2021 de 9 de dezembro.

A “AUTO RIBEIRO. LDA.” assegura igualmente a disponibilização do Plano e dos respetivos relatórios de avaliação, a todos os seus Colaboradores, através da intranet.

# ANEXO